

CUIDADOS PRÉ-CONCEPCIONAIS: O PAPEL DO MÉDICO DE FAMÍLIA

Dunlop AL, Jack B, Frey K. National recommendations for preconception care: the essential role of the family physician. *J Am Board Fam Med* 2007 Jan-Feb; 20 (1): 81-4. Disponível em: URL:<http://www.jabfm.org/cgi/reprint/20/1/81> [acedido em 01/02/ 2007].

O *Center for Diseases Control and Prevention* dos Estados Unidos da América (EUA) publicou em 2006 recomendações nacionais para os cuidados pré-concepcionais, com o intuito de promover uma adequada avaliação do estado de saúde da mulher antes da concepção, no sentido de reduzir as complicações materno-fetais no decurso da gravidez e período perinatal. Pretendem ainda promover o planeamento da gravidez.

As recomendações devem ser vistas como um plano estratégico para melhorar a saúde pré-concepcional através de cuidados clínicos, alteração de comportamentos, políticas de saúde e estratégias de saúde pública.

Embora o conceito de cuidados pré-concepcionais exista há mais de uma década e as dez recomendações incluam intervenções com evidência demonstrada de melhoria do decurso e desfecho da gravidez, os cuidados pré-concepcionais ainda não se tor-

naram uma prática clínica rotineira do Médico de Família. Os autores apontam como causas possíveis:

- desconhecimento por parte do Médico das intervenções recomendadas;
- desconhecimento da sua existência por parte dos pacientes;
- falta de tempo;
- não cobertura pelos seguros de saúde.

Seis das dez recomendações propõem a criação de programas de saúde pública e de *marketing* social, estratégias políticas e iniciativas de investigação com o intuito de colmatar algumas das barreiras que têm dificultado a prática de cuidados pré-concepcionais.

Documentou-se recentemente que, uma vez que o Médico de Família está presente em todas as fases da vida/saúde da mulher, é dele que esta prefere receber os cuidados pré-concepcionais. O Médico de Família deve então assumir este papel transpondo para a sua prática clínica a prestação de cuidados pré-concepcionais para que estes tenham todo o impacto que se lhes exige.

No artigo são apontadas algumas medidas a implementar, como seja, perguntar a todas as mulheres em idade fértil se pretendem engravidar durante o próximo ano. Ao fazer esta pergunta promove-se a ideia de que as gravidezes devem ser planeadas. À mulher que não pretender engravidar devem ser fornecidos contraceptivos, àquela que deseje engravidar devem iniciar-se cuidados pré-concepcionais. A mulher deve ser informada dos problemas de saúde de que é portadora e dos medicamentos que toma que possam interferir com uma eventual gravidez. Deve ainda saber que a gravidez pode ter impacto no seu estado de saúde. A longo prazo os autores pretendem que os cuidados pré-concep-

cionais integrem o conjunto de serviços essenciais da Medicina Familiar.

São descritas as intervenções pré-concepcionais com evidência de impacto positivo no desfecho da gravidez: suplementação com ácido fólico, vacinação anti-rubéola e anti-hepatite B das mulheres em risco, controlo da diabetes, da obesidade, do hipotiroidismo e da fenilcetonúria maternos, rastreio da infecção VIH e das doenças sexualmente transmissíveis e respectivas terapêuticas, gestão do uso materno de hipocoagulantes orais, anticonvulsivantes e isotretinoína, e cessação tabágica e do consumo de álcool.

Todas as mulheres em idade reprodutiva são candidatas a cuidados pré-concepcionais e o objectivo das recomendações nacionais dos EUA é a promoção de um plano reprodutor e, ao fornecer contraceptivos, evitar gravidezes não planeadas. Reforçam ainda a importância de fornecer à mulher toda a informação disponível de modo a que esta possa fazer escolhas esclarecidas.

Maria Espírito Santo

USF Horizonte – Centro de Saúde de Matosinhos